

## **A FOICE FRENTE AOS QUARTEIS: MOVIMENTOS CAMPONESES FRENTE AOS REGIMES MILITARES NO BRASIL E NO PERU (1961-1988)**

Vanderlei Vazeles Ribeiro\*

O ano de 1961 marcaria a realização do primeiro Congresso Camponês no Brasil e a emergência de greves gerais dos Yanacconas<sup>1</sup> e ocupações de terras no Peru. No Brasil a tese das ligas camponesas prevalecia com a proclamação da necessidade de uma radical reforma agrária. No Peru floresciam as ocupações de terras que no ano seguinte marcariam o departamento de Cuzco. O momento era de radicalização de posições. No Brasil o discurso do líder das ligas Francisco Julião mobilizava a esquerda nas ocupações de terra, mas também os setores proprietários na defesa do status quo (Dreifus, 1981, P: 54). No Peru os setores militares combinavam cooptação e repressão e começavam a assumir um discurso em torno da necessidade da reforma agrária.

Analisaremos a caminhada da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no Brasil e da Confederación Campesina Del Peru(CCP), procurando identificar como dialogaram com os regimes militares implantados em seus países. Inicialmente refletiremos sobre a atuação das entidades no período imediatamente anterior ao advento dos regimes militares. Depois discutiremos como dialogaram com os mesmos, buscando fazer valer suas propostas. Finalmente analisaremos a caminhada de ambas nos contextos de transição democrática da década de 1980.

### **1-EMERGÊNCIA CAMPONESA**

Na década de 1950 os dois países apresentavam um rápido processo de urbanização, no qual o Brasil se industrializava, enquanto no Peru ampliava-se o setor de serviços. Conflitos entre o exército e camponeses não eram novidade: no Brasil houvera as guerras de Canudos (1893-1897 e Contestado (1912-1916) e no Peru, desde o século XIX o exército apoiara oligarcas locais em seus confrontos contra comunidades camponesas que resistiam à expulsão de suas terras. Num contexto de guerra fria, tanto

---

\* Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

<sup>1</sup> Trabalhadores que viviam em relações servis de produção.

dirigentes dos respectivos partidos comunistas, como setores militares percebiam o campo como o lugar de onde poderia surgir a, desejada por uns, e temida por outros, revolução social.<sup>2</sup>

A atuação do Partido comunista nos respectivos meios agrários remontava à década de 1940. No Brasil as primeiras ligas camponesas organizaram-se no Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, no curto período de legalidade do PCB entre 1945 e 1947, (Costa, 1996, P: 23). Após o fracasso da guerrilha de Porecatu o partido volta-se para o esforço de construir sindicatos legais e realiza a primeira conferência de trabalhadores rurais em 1953, resultando da segunda a criação da Ultab, em 1954.

No caso peruano a presença comunista faz-se sentir na criação da CCP em 1947 ao lado de socialistas e apristas (Salgado, 1989, P: 14).<sup>3</sup>

No Brasil, a ULTAB rapidamente recuava face à crise do PCB, sob o impacto do XX Congresso do PCUS, ao mesmo tempo em que se reativavam em Pernambuco as ligas camponesas. No Rio de Janeiro ocorriam lutas pela terra no início dos anos sessenta, enquanto greves por pagamento de salário eclodiam em São Paulo, e no Rio Grande do Sul o governador Leonel Brizola apoiava a criação do Movimento dos Agricultores sem Terra. Enquanto isso a Igreja católica se dividia: no campo da esquerda a Ação Popular começa a organizar-se no campo e a ala mais conservadora articulava as frentes Agrárias. Lembremos que no Peru as memórias produzidas por sindicalistas ligados à CCP não valorizam a presença da Igreja. O Informe Central ao seu III Congresso, que faz um histórico das lutas desde a década de 1920, inclusive sublinha o apoio prestado por padres ao setor latifundista. Contudo (Iokoy, 1996,P: 165) destaca a presença católica na organização de sindicatos em regiões como Cajamarca, Puno e Cuzco.

---

<sup>2</sup> No Brasil o PCB procurava apoiar entre 1948 e 1951 a revolta de posseiros em Porecatu no Paraná, para fazer dela o embrião da Revolução brasileira. (Martins, 1984, P: 25). No Peru, enquanto a Ação Popular Revolucionária Americana (APRA) buscava sindicalizar os trabalhadores da cana, dirigentes comunistas apoiavam as ocupações de terra nas zonas serranas.

<sup>3</sup> Ao analisarmos memórias produzidas por dirigentes da CCP podemos perceber as mudanças a respeito das origens da entidade. No citado informe de 1970 a participação dos comunistas em sua organização é exaltada num tempo em que a facção maoísta liderada por Saturnino Paredes inspirada no grupo Bandera Roja estava à frente da entidade. Quando me entrevistei com Jorge Prado, secretário-geral da Entidade tanto a presença comunista quanto a aprista são escamoteadas, louvando-se uma “autonomia” dos camponeses.. Entrevista com o autor realizada em 16 de julho de 2009 na sede da CCP em Lima.

O crescimento dos movimentos rurais possibilitou a realização do primeiro congresso camponês do Brasil e a partir daqui se intensificavam as lutas dos trabalhadores. Em Pernambuco e Paraíba enquanto ocorriam ocupações de terras o discurso de dirigentes das ligas radicalizava-se apontando para uma revolução socialista (Aiwed, 1982, P: 65); também em Pernambuco o PCB arrancava concessões após a greve geral nos engenhos em 1963. No Rio Grande do sul florescia acampamentos pró-reforma agrária, enquanto em Minas Gerais pipocavam ocupações de terras.

Em julho de 1963 grupos mais ligados à ala conservadora da Igreja procuram criar a CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Pressionado pelos grupos de esquerda o governo Goulart não reconhece a Entidade e é convocado um novo encontro para o Rio de Janeiro. Em dezembro de 1963 realiza-se na antiga capital a eleição da primeira diretoria chefiada por Lindolfo Silva, o líder comunista. PCB e AP estavam melhor representados na agremiação, havendo menor participação para Igreja conservadora e mínima para as ligas.<sup>4</sup>

Toda essa movimentação entretanto enfrentaria a mobilização do setor proprietário, que aliado à ala mais conservadora da Igreja apoiou o golpe civil-militar que derrubou o governo Goulart e desencadeou a repressão contra o movimento sindical.

No Peru o ano de 1962 seria extremamente importante. Em relação ao movimento rural realizam-se os congressos da CCP sob forte influxo de Bandera Roja e da Fencap liderada por apristas, (Monge, 1989, P: 17).<sup>5</sup>No mesmo ano na província de La Convención departamento de Cuzco efetivam-se as ocupações de terras lideradas por Hugo Blanco, que seriam mais tarde chamadas “recuperações confiscatórias”<sup>6</sup>A reação militar combinou repressão e concessões. Hugo Blanco e outros líderes foram presos e houve assassinatos, especialmente depois que ocorreu um golpe militar, que impediu a vitória eleitoral do histórico líder aprista Victor Raul Haya de La Torre. Visto anteriormente como um comunista por ter estimulado revoltas de marinheiros a seu

---

<sup>4</sup> Ver: (Medeiros, 1989, P: 62. Ver também: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>: 23.

<sup>5</sup> Enquanto a CCP apoiava as ocupações de terra nas zonas serranas a Fencap (Federación Campesina Del Peru), criada em 1958 dedicava-se a atuar na zona costeira apoiando greves do setor açucareiro. As duas entidades não coordenavam seus trabalhos.

<sup>6</sup> O termo era usado, pois na visão de muitos camponeses tratava-se de a comunidade retomar o que tinha perdido para a fazenda. Saliente-se contudo que nem sempre as terras ocupadas tinham pertencido às comunidades.

favor (1931-1948), agora Haya era percebido como um aliado dos EUA, incapaz de executar reformas que setores militares liderados pelo general Edigardo Mercado Jarrin, acreditavam necessárias, (Medrano, 2008, P: 178).

Estes oficiais pensavam que o país precisava de desenvolvimento para ter a segurança. Até aqui nada distinto de seus homólogos brasileiros. Contudo se em nosso país tratava-se de conter movimentos sociais e apoiar uma industrialização, que já se desenvolvia desde os anos trinta, no Peru seria o Estado guiado pela força armada, que faria o processo de substituição de importações. Por isso a reforma agrária para estes oficiais começava a ganhar um sentido de muito maior urgência, tanto para ampliar o mercado interno, como para conter conflitos. Assim o breve<sup>7</sup> governo de Pérez Godoy lançou as primeiras bases para uma Reforma Agrária. Com o apoio militar Fernando Belaunde Terry, que perdera as eleições de 1962 venceu as do ano seguinte, e conseguia aprovar a lei de reforma agrária, (Cotler, 2006, P: 231-245); (Medrano, 2008, P: 135)..

Foi fácil para o exército peruano reprimir as guerrilhas do Movimiento de Izquierda Revolucionaria em 1965, e de passagem continuar a prisão de dirigentes da CCP e da Fencap. Mas a noção de que uma reforma agrária radical devia ser feita ganhava corações e mentes. Nos quatro anos da lei aprovada sob Belaunde apenas quatorze mil famílias tinham sido assentadas. O golpe militar que expulsou Belaunde Terry do país não está imediatamente relacionado à questão agrária, vinculando-se à presença da International Petroleum Company no país, mas a rapidez com que medidas práticas foram tomadas em favor da reforma e sua efetiva realização demonstraram como o novo setor no poder sentia a necessidade de sua aplicação.<sup>8</sup>

Como a Contag e a CCP reagiram ante os novos regimes autoritários?

## 2- A FOICE FACE AO TANQUE: OS MOVIMENTOS CAMPONESES FRENTE AOS GENERAIS

No Brasil a atuação inicial do novo regime foi marcada pela repressão. A Contag sofreu intervenção, assim como federações e sindicatos rurais e antigos líderes ligados ao PCB e Às ligas camponesas tiveram de partir para o exílio. Contudo no interior do

---

<sup>7</sup> 1962-1963, quando Belaunde Terry foi eleito com apoio militar.

<sup>8</sup> Já é muito mais do que o Brasil fizera sob governo militar, 1482 famílias assentadas. (Silva, 1971, P: 135).

aparelho de Estado Castello Branco e seu ministro do Planejamento Roberto Campos entendiam que não bastava reprimir, mas era preciso cooptar. Assim, já em maio de 1964 criava-se um grupo de Trabalho para discutir o Estatuto da Terra. Em 30 de novembro era publicado no Diário Oficial, após intensa batalha no Congresso e na Imprensa. Pela primeira vez no Brasil se definia o que fosse latifúndio por Inexploração ou por dimensão (seiscentas vezes o módulo fiscal de uma dada região), permitia-se a desapropriação com pagamento em títulos da Dívida Agrária ( como da discórdia durante o governo Goulart), e se determinava a criação de cooperativas de reforma Agrária. Para Carmem Salis a dificuldade de se implantar o Estatuto da Terra estava não apenas nas resistências que enfrentava dentro e fora do governo, mas na própria lógica do projeto. Seria preciso fazer primeiro um gigantesco cadastro de terras (num país que jamais o fizera), depois estabelecer a partir de inúmeros critérios o que seria o módulo fiscal da região, para só depois enfrentar o problema de desapropriar, (Salis, 2008, P: 195).

De todo modo o Estatuto serviria como uma bandeira para reaglutinar o movimento de trabalhadores. Agora a reforma agrária nada podia ter de subversivo, pois estava na legislação. Em 1966 durante o primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais a Contag confirma o interventor José Rota na presidência, mas dois anos depois chega à direção o grupo Pernambucano de José Francisco da Silva, apoiado nas alas católico-conservadoras da Frente Agrária Gaúcha.

Ainda conforme Carmem Salis a partir do governo Costa e Silva o Estatuto da Terra, no que dizia respeito à questão da reforma Agrária vai sendo deixado de lado em favor de uma política Agrícola mais favorável aos grandes proprietários rurais. Para o Ministro Delfim Neto, muito mais eficaz do que desapropriar terras e tecnificar uma multidão de pequenos proprietários era qualificar os que já possuíam terras. Para os sem-terra uma miragem, já aliás muito antiga, seria apresentada: a Amazônia, através de projetos de colonização estatal.<sup>9</sup>

Com o endurecimento do regime militar a partir de 1968 a repressão não poupava o sindicalismo rural. Contudo os dirigentes da Contag, partiram para uma linha, que tornou possível a sobrevivência no período mais difícil do regime militar: o legalismo.

---

<sup>9</sup> Saliente-se que o discurso a respeito do “mar Amazônico” com imensos “vazios demográficos” já era utilizado durante o Estado Novo, onde agregava-se a noção de marcha para o Oeste a idéia da Amazônia a conquistar. Ver por exemplo (Ribeiro, 2008, P: 125)

Em sua Revista O Trabalhador Rural, os dirigentes da Contag mostram a reforma agrária como algo que está dentro da lei. A atuação legalista também se dava quando advogados buscavam tornar cara a indenização por benfeitorias para os proprietários, mantendo o posseiro o maior tempo possível na terra. Aliás a primeira coisa que se procurava fazer, sempre que possível, era questionar justamente o título de propriedade apresentado pelo pretense dono da Terra (Barcelos, 2008, P: 131). Além disso, luta-se por cumprimento dos direitos trabalhistas no campo e a partir de 1971 os sindicatos passaram a ser mediadores para que os trabalhadores do campo recebessem suas aposentadorias pelo Funrural.

Vale dizer que este “legalismo” da direção da Contag não significa falta de combatividade. Em uma das seções da Revista O Trabalhador Rural Conversa de Caboclo, Defendia-se o Usucapião e a necessidade de o rural se sindicalizar.

no texto mostra-se o momento em que é feita a reunião, rejeitando-se educadamente, é claro, a proposta de um vereador de controlar o sindicato.<sup>10</sup> Procurava-se explorar as brechas da legislação. A Fetag do Rio Grande do Sul, por exemplo, solicitava ao governo Costa e Silva, que implementasse o Ato Institucional No. IX que determinava que a indenização não fosse mais prévia, além do decreto-lei 582 de maio de 1969, que determinava a desapropriação da terra em rito sumário.<sup>11</sup>, a Contag ia se constituindo numa referência para os trabalhadores do campo e para os movimentos de oposição pacífica ao regime militar.

Enquanto no Brasil o governo Militar não aplicava a reforma agrária, no Peru a situação seria distinta. No Brasil a reforma agrária fazia parte do ideário de um setor intra-aparelho, mas a partir de 1967 o mesmo ia-se tornando cada vez mais minoritário. No caso peruano para os “coronéis de esquerda”, que hegemonizavam o processo, a reforma agrária não servia apenas para conter os conflitos, mas sim para criar mercado para uma indústria, que iria precisar muito mais do Estado que a brasileira. Foram necessários seis dias para que se expropriasse a petroleira International Petroleum Company, com tanques de guerra cercando suas instalações. Mas os tanques poucos

---

<sup>10</sup> Ver: Conversa de Caboclo In: Revista o Trabalhador Rural. Rio de Janeiro, Contag, Setembro de 1969, Ano 1, No. II, P: 23.

<sup>11</sup> O Ato Institucional No. IX fora decretado durante a disputa no interior do governo. O Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, que mais tarde lutaria com Médici pela indicação para presidência da República defendia a realização de uma Reforma Agrária. (Silva, 1971, P: 145).

meses depois cumpriram outra missão: expropriar o Engenho Casa Grande, símbolo da oligarquia açucareira. No Brasil as entidades de proprietários rurais tinham sido decisivas no apoio ao golpe e o campo ainda era o principal motor das exportações. No Peru os setores proprietários assistiram em casa ao golpe, e ali as minas, que também se nacionalizavam, eram desde tempos coloniais a principal fonte de riqueza. Provavelmente daí resulte a incapacidade do setor proprietário em conter a reforma agrária. O decreto-lei 17716 de 24 de junho (dia do índio), estabeleceu uma área máxima a partir da qual as terras poderiam ser desapropriadas: 150 hectares na Costa e um pouco menos na Serra. A selva Amazônica era pensada para a colonização. As novas áreas seriam cooperativizadas e passariam ao controle estatal. Os camponeses pagariam pela terra após cinco anos.

De todo modo as desapropriações começaram: os fazendeiros recebiam indenizações, mas eram pagas de forma lenta (Cueto/Contreras, 2007, P: 135). As cooperativas se organizavam a partir da intervenção estatal com nomeações de técnicos pelo governo e em alguns casos oficiais do exército eram seus interventores.

Qual a reação dos dirigentes da Confederación Campesina? Desde o início dos anos sessenta a direção da CCP era influenciada pelo maoísmo. Tal influência era tão vigorosa que havia dirigentes que só aceitavam discutir uma reforma Agrária depois da Revolução socialista (CCP, Março de 1972, P: 21). Havia contudo aqueles que aceitavam negociar e Antonio Ledesma, deputado ao parlamento, levou a proposta em 1964 de desapropriação sem indenização, sob dois argumentos principais: ou a terra fora tomada às comunidades e portanto nada havia que indenizar, ou o camponês trabalhara vários anos gratuitamente como Yanacona e também aqui não havia por que falar em indenização (Mar-Mejía, 1980, P: 85). a proposta não prosperara no Parlamento. Mas e agora, que em 1970 a reforma Agrária peruana atraía a atenção internacional, como uma história de sucesso, pelo menos no que tangia à desapropriação? Pela repressão, que continuava existindo sobre grupos de esquerda, que não se comprometiam com a proposta velasquista, mas também por sua postura sectária, os dirigentes da CCP, sob a liderança de Manuel LLamoja Mitmac, Saturnino Paredes e Justiniano Menaya encontravam-se isolados das bases. Assim enquanto muitos sindicatos apoiavam a reforma governamental, ou procuravam ocupar terras a fim de tornar a desapropriação das mesmas um fato consumado, os líderes da

entidade insistiam em taxar de terratenente e burguesa a reforma agrária e exigir, que a mesma fosse feita sem indenização e os camponeses não pagassem pela terra recebida.<sup>12</sup> Os dirigentes só apoiavam ocupações se as bases exigissem não pagar pela terra.<sup>13</sup>

Em 1972 o decreto-lei 19400 cria a Confederación Nacional Agrária a fim de que só sindicatos à ela ligados pudessem ser reconhecidos. O Regime buscava a um tempo liquidar o que restava das entidades oligárquicas tradicionais (dissolvia a Sociedad Nacional Agrária, reunindo os beneficiários da reforma, num modelo que podemos chamar corporativista. A resistência de federações como a de Cuzco impediu o objetivo governamental, mas a Confederação foi criada em 1974.

O governo Militar também criara o Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social (Sinamos) em 1971, que buscou angariar respaldo popular ao regime (muito distinto do Brasil, onde a Arena era principalmente uma agremiação eleitoral) tendo como objetivo principal criar sindicatos camponeses atrelados ao Estado. As lutas entre CCP e Sinamistas marcariam os primeiros anos da década de 1970.<sup>14</sup>

Em 1973 uma crise eclodia no interior da CCP. O IV Congresso convocado para Ecash, Departamento de Ancash, é suspenso após desentendimento entre o grupo de Saturnino Paredes e Justiniano Menaya e aqueles liderados por Andrés Luna Vargas e o Secretário-geral LLamoja Mitmac, respectivamente. Aparentemente o problema se dava por razões de segurança, pois o grupo de Luna Vargas não se sentia em condições de permanecer no recinto. Entretanto ao analisar o Informe ao IV Congresso, que se realizou em maio de 1974 em torre Blanca- Departamento de Uaral, percebe-se que o problema do isolamento da entidade em relação às bases tornava-se um incômodo para o grupo de Luna Vargas. Basta observar que nas propostas do Congresso, ainda que se critique a Reforma Agrária velasquista, pede-se apoio ao Estado para que se estenda o crédito aos novos beneficiários da reforma Agrária e medidas como extensão do salário mínimo e a- posentadoria.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Vale lembrar que no caso peruano as indenizações foram pagas com valores calculados a partir do que se pagava em impostos o que as tornou extremamente baixas. (Mayer, 2009, 54)

<sup>13</sup> Ver: campesinos no pagarán por La Tierra. *Voz Campesina*, Novembro de 1972, P: 5.

<sup>14</sup> Ver *Jornal Voz Campesina* Novembro de 1972, P: 8.

<sup>15</sup> As versões sobre o IV Congresso são extremamente contraditórias. Os ligados ao grupo de Paredes chegam a acusar os dirigentes ligados a Vargas como responsáveis pela morte de Justiniano Menaya, assassinado por forças policiais poucos dias depois do Incidente. Ver Gloria A Justiniano Menaya.

A partir deste momento três entidades buscariam reivindicar o nome CCP: o grupo liderado por Andrés Luna Vargas, que procurou apoiar ocupações de terra em Andahuaylas, departamento de Apurímac (1974), e participou das greves gerais de 1977 e 1978; o grupo de Saturnino Paredes que continuou aferrado às concepções mais isolacionistas e o grupo liderado pelo antigo secretário-geral LLAmoja Mitimac, que deixou poucos vestígios.

Enquanto no Peru o movimento camponês dividia-se, mas a reforma agrária avançava, no Brasil a reforma era paralisada, e o movimento sindical crescia. Em 1973 após vários encontros estaduais e regionais, apesar de “recomendações” do Ministro do Trabalho para que não se discutissem temas sensíveis como a Reforma Agrária (Contag, 2004) realiza-se o Segundo Congresso de Trabalhadores Rurais que manteve a linha legalista, mas tocou nos temas sensíveis. A Reforma Agrária, os direitos trabalhistas, a previdência. Dentro da lógica de que os direitos existiam, mas não eram respeitados, os dirigentes rurais buscavam fazer destes direitos o referencial para o desenvolvimento da luta. Essa postura moderada não impedia a repressão governamental, mas talvez tenha colaborado para melhor confrontá-la.

Outra reivindicação do II Congresso, e que marcaria a atuação da Contag nos anos setenta era que a terra fosse distribuída na região de morada do camponês. Isso significava opor-se aos megaprojetos como a instalação de milhares de gaúchos e nordestinos na Amazônia às margens de rodovias como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica.<sup>16</sup> Ali começava a gestar-se um movimento, que no futuro faria concorrência à Contag. A partir da pregação de padres, como D. Pedro Casaldaglia, se questiona as incontáveis violações que posseiros sofriam em estados como Pará, Goiás e Mato Grosso. Essa pregação católica, que se engajava progressivamente no discurso de teologia da Libertação, vai paulatinamente gestando a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nasce em 1975. Num primeiro momento pode-se dizer que haveria uma relativa divisão de trabalho: enquanto a Contag atuava mais em áreas como o nordeste e o Rio Grande do Sul, a CPT atuaria mais fortemente no Mato Grosso e Amazônia.

---

Voz Campesina, Março de 1976, P: 5. A versão do grupo Luna Vargas e as Propostas do IV Congresso podem ser observadas em: Resoluciones y Conclusiones Del IV Congreso de La Confederación Campesina Del Peru. Lima, CCP, 1974, P: 31-43.

<sup>16</sup> CF: Revista O Trabalhador Rural Segundo Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, maio de 1973, Página 20.

O trabalho da Igreja era percebido durante o governo Geisel como potencialmente desestabilizador, pelas duras críticas que se fazia não só a atuação governamental nas áreas de conflito agrário, como ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista concentrador da renda e da terra.<sup>17</sup>

Enquanto a crise econômica, que se desenvolvia forçava o governo Geisel a distender o regime, mais do que gostaria e os conflitos no campo se intensificavam com expulsões de posseiros, não apenas na Amazônia, crescimento do êxodo rural e aumento da Concentração da Terra, CONTAG e CPT multiplicavam as denúncias contra a violência no campo e as duras condições de vida no meio agrário.

Enquanto isso no Peru:Doente, enfrentando uma grave crise econômica, o general Velasco foi derrocado por um quartelaço liderado por seu ministro da Economia, o também general Francisco Morales Bermudes, em 1975. Menos de dois anos depois a reforma agrária era paralisada. Os que tinham recebido a terra, agora eram cobrados de seu pagamento e não conseguiam crédito nos bancos.

As reivindicações da Confederación Campesina/Luna Vargas passavam a ser não tanto a terra, mas as condições para cultivá-la. Necessitava-se créditos, fertilizantes, inseticidas, transportes, mercados (Salgado, 1989, P: 32). Como no Brasil a crise econômica, provocada pela alta dos juros internacionais dinamizava a crise política. Ambos os regimes tinham de remodelar-se para sobreviver.

No Peru convocou-se eleições para uma Assembléia Constituinte em 1978 e presidenciais em 1980. No Brasil o regime ainda pôde modernizar-se com a volta dos exilados e um longo processo de transição culminado na assinatura da Constituição de 1988. Mas apesar de uma Reforma Agrária feita com dificuldades no Peru e não realizada no Brasil, do êxodo rural constante que inchava Rio de Janeiro, São Paulo e Lima, os movimentos camponeses teriam de ser levados em conta nas conjunturas de transição.

---

<sup>17</sup> Os informes do SNI a Geisel estão marcados pela questão agrária vista como explosiva. Ainda mais que viera do campo, mais exatamente da região do Araguaia, o principal desafio armado ao regime militar, sob a inspiração do PCdoB. Sobre a questão agrária durante o governo Geisel ver por exemplo: Arquivo EG-04-22-1974-CPDOC-FGV.

### 3-MOVIMENTOS CAMPONESES E A DEMOCRATIZAÇÃO: A QUESTÃO AGRÁRIA NAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS.

Em 1979 foi promulgada a nova constituição peruana. A estrutura agrária do país estava bastante alterada em relação a 1969. Nove milhões de hectares tinham sido arrebatados aos proprietários e tornados cooperativas estatais. Entretanto os problemas agora eram de outra natureza: na década que terminava eclodiram conflitos entre técnicos e beneficiários, com os primeiros tentando impor aos últimos o que e como plantar. Houvera uma tentativa de criar cooperativas, que englobassem antigas fazendas e comunidades vizinhas, sendo estas beneficiárias daquelas, mas os conflitos continuaram., e em 1987 cooperativas do departamento de Puno foram ocupadas por comunidades vizinhas(Rémique,2004,P:227). Como o Estatuto da Terra brasileiro, a legislação peruana havia sido pensada para atender os que trabalhavam nas antigas fazendas e os trabalhadores eventuais continuavam sem terra.

Outrossim as cooperativas careciam de uma administração eficiente e faltavam recursos vindos do Estado, cada vez mais endividado (Burenus, 2001, P: 143).

A década de oitenta veria novas dificuldades para o setor reformado. O crédito desapareceria sob o novamente eleito Fernando Belaunde. As secas e inundações causadas por El Niño, que também afetaram o Brasil em 1983, atingiam duramente áreas como Puno. A resposta da CCP foi tentar unir-se à CNA criando a Frente unida para o Desenvolvimento Agrário em 1981, além de protestar contra a nova lei de Desenvolvimento Agrário que permitia amplíssimas concessões de terras na Amazonia.<sup>18</sup>

Um outro problema tornaria mais difícil a atuação da CCP. A emergência do Sendero Luminoso, pois essa organização escolhera o campo como lugar para seus ataques iniciais. Não seriam líderes oligárquicos seus principais alvos, mas dirigentes de organizações de esquerda, que não aceitassem sua proposta de construção de uma República Popular, à moda maoísta no Peru. A segurança passa a ser uma reivindicação nos congressos da CCP de 1982 e 1987, pois um dirigente camponês encontrava-se entre dois fogos: as ações do exército e dos paramilitares e do Sendero Luminoso (Rémique, 2004, P: 215;Salgado, 1989, P: 37). Assim a representação da CCp ia-se

---

<sup>18</sup> Ver: Voz Campesina, Fevereiro de 1981, P: 8. Ver também: (Vargas, 1981, P: 14).

diluindo durante a década de 1980, culminando num violento refluxo após a implementação das políticas neoliberais de Alberto Fugimori a partir de sua eleição em 1990.

No Brasil durante o ano de 1979, que marcaria a volta dos exilados e as greves dos metalúrgicos no ABC paulista, a Contag realiza seu III Congresso para não mais pedir e sim exigir o cumprimento do Estatuto da Terra e Reforma Agrária. Nos primeiros anos da década de 1980 busca uma unidade com a CUT, mas a emergência dos sem Terra leva a uma competição pela representação dos trabalhadores do campo. Para os sem Terra o “legalismo” da Contag limitava a luta, embora tenha sido, aplicando estas estratégias, que a Contag levou a efeito bem sucedidas greves em Pernambuco em 1979 e no Rio de Janeiro em 1984.

A Contag engajou-se no apoio a candidatos nas eleições de 1982, nas campanhas pelas Diretas para presidente e de Tancredo Neves em 1984. Com o Governo Sarney, que anunciava o Plano Nacional de Reforma Agrária, os dirigentes da Contag vislumbraram a possibilidade de ver finalmente o Estatuto da Terra aplicado. Mas a reação dos proprietários não tardaria: Um mês após o anúncio Do Plano de Reforma Agrária, era lançada em Junho de 1985 a União Democrática Ruralista (UDR). Multiplicaram-se rapidamente as acusações de pistolagem com assassinatos de padres, advogados e líderes de trabalhadores rurais num contexto em que o MST dinamizava as ocupações de terra no Rio Grande do Sul e cresciam os conflitos na região conhecida como Bico-do-Papagaio (Tocantins, Maranhão e Pará).

Rapidamente o Plano é descaracterizado e a Contag aposta na Constituinte. Na Assembléia o setor proprietário largou na frente, posto que na milionária campanha de 1986 elegeu dezenas de representantes ao parlamento. Enquanto o governo Sarney revogava em 1987 princípios do Estatuto da Terra <sup>19</sup>a Contag via estes princípios derrubados na Constituinte. Antes o argumento fora de que era melhor tecnificar a agricultura e agora ela já estava tecnificada. A Reforma Agrária era condicionada ao princípio da Propriedade Produtiva, abrindo ampla margem de manobra ao setor proprietário. O módulo fiscal do Estatuto, que tinha aberto uma possibilidade de haver uma área máxima no país a partir da qual se desapropriaria, ficava cancelado.

---

<sup>19</sup> Declarava-se o fim do módulo fiscal e extinguiu-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Decreto-lei 2363-87. Ver: (Ricci, 1990, P:66). O Incra seria recriado pelo Decreto Legislativo 2/89.

Enfrentando a Competição do MST, a Contag veria sua luta por reforma agrária perdida, porque a lei, pelo menos naquele momento, se voltava contra ela. O MST continuaria com as ocupações.

Tanto a CONTAG quanto a CCP teriam nos anos noventa de enfrentar as medidas liberalizantes de Collor e Fugimori. A luta por reformas, que elas de acordo com cada contexto, haviam encarnado, parecia encerrada. Parecia, mas não estava.

## CONCLUSÃO

Analisar a atuação das respectivas entidades significa antes de tudo ter a perspectiva do cotejo de suas experiências. No Brasil o legalismo marcou fortemente a atuação contagueana, ao passo que o Peru no período militar tem a ccp marcada pelo maoísmo. Podemos Entretanto perceber as semelhanças e diferenças do trabalho das duas entidades e analisar como as mesmas nos auxiliam a compreender o desenvolvimento de ambas sociedades. Desta maneira em nossos dias as duas apelam para bandeiras ecológicas, questionando o modelo liberal na economia. É preciso ainda conhecer bem mais sobre casas que são referência para pensarmos o rural na América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYVED, Bernardete – A Vitória dos Vencidos. Campina Grande, UFPB, Dissertação de Mestrado em sociologia, 1982.
- BASSANI, Paulo – Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais. Londrina, EDUEL, 2009.
- BURENIUS, Charlot – Testemuño de um Fracaso: Habla El Sindicalista Zózimo Torres. Lima, Desco, 2001.
- CASTRO, Celso – Visões do Golpe Memória Militar sobre 1964. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995. [V.I].
- Cotler, Julio – Peru: Estado, Classe e Nação. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 2006.
- CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos – Historia del Peru Contemporâneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2007.
- DREIFUS, René Armand – 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Iokoi, Zilda Márcia Gricoli – Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru: 1964-1986). São Paulo, Hucitec, 1996.

Mar, José Matos – Mejía José Manuel – La Reforma Agrária em El Peru. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1980.

MARTINS, José de Souza - a Militarização da Questão Agrária. Petrópolis: Vozes, 1984.

Mayer, Enrique – Cuentos Feos de la Reforma Agrária. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 2009.

Medrano, Eduardo Toche - — Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional. Lima, Desco-clacso, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Sérvulo, História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

OTERO, Luis Gamarra – Um Testemuño Personal. In: Vegas de Cáceres Ileana, A 38 Años de La Reforma Agraria Lima, Fund Manuel J. Bustamante de La Fuente, 2008.

RAMOS, Carolina - Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional de Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970) – Niterói: UFF UFF, Dissertação de Mestrado 2006.

**Rénique, José Luiz – La Batalla Por Puno: Conflicto y Nación em los Andes Peruanos. Lima, Cepes-Sur, 2004.**

**Ribeiro, Vanderlei Vazelesk – Cuestiones Agrárias em El Varguismo y El Peronismo. Quilmes, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.**

**RICCI, Rudá – Contag: um Ator à Procura de Um Texto. São Paulo, Cadernos CEDEC, 1990.**

Salgado, Carlos Monge – Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina. Lima, Latino-American Studies Association, 1989.

SALIS, Carmem Lucia Gomes de - Estatuto da Terra: Origem e (Des)caminhos da Proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares. Assis, UNESP, tese de Doutorado, 2008.

SILVA, José Gomes da – A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

TAVARES, Ricardo – CONTAG: Da Ditadura à Transição. Memória Social e Construção Política do Campesinato. Rio de Janeiro, Iuperj, Dissertação do Mestrado, 1992.

VARGAS, Andrés Luna - La CCP frente A La ley de Promoción y desarrollo agrário, Lima, CCP, 1981.